



F S S P X

Entrevista com o Superior-Geral da Fraternidade Sacerdotal São Pio X

«Suprema lex, salus animarum»

“A lei suprema é a salvação das almas.’ É deste princípio superior que depende, em última instância, toda a legitimidade do nosso apostolado.”

1. FSSPX.News: *Senhor Superior-Geral, o senhor acaba de anunciar publicamente a sua intenção de realizar as sagrações episcopais para a Fraternidade São Pio X no próximo dia 1º de julho. Por que fazer esse anúncio hoje, 2 de fevereiro?*

Padre Davi Pagliarani: A festa da Purificação da Santíssima Virgem é muito significativa dentro da Fraternidade. É o dia em que os candidatos ao sacerdócio vestem a batina. A Apresentação de Nosso Senhor no Templo, que hoje celebramos, lembra aos candidatos que a chave da sua formação e da sua preparação para as ordens está no dom de si mesmo, que passa pelas mãos de Maria. Trata-se de uma festa mariana de extrema importância, pois, ao anunciar uma espada de dor a Nossa Senhora, Simeão manifesta claramente o papel que ela tem de corredentora ao lado de seu divino Filho. Vemo-la associar-se a Nosso Senhor desde o início da sua vida terrena até a consumação do seu sacrifício no Calvário. Assim também, Nossa Senhora acompanha o futuro sacerdote durante a sua formação e ao longo de toda a vida: é ela quem continua a formar Nosso Senhor em sua alma.

2. *Esse anúncio vinha sendo objeto de vários rumores nos últimos meses, especialmente desde o falecimento de Dom Tissier de Mallerais, em outubro de 2024. Por que o senhor esperou até agora?*

Assim como Dom Lefebvre em seu tempo, a Fraternidade tem sempre o cuidado de não se antecipar à Providência, mas segui-la, deixando-se guiar pelos seus sinais. Uma decisão tão importante não pode ser tomada levemente, nem com precipitação.

Em particular, visto tratar-se de uma questão que evidentemente é do interesse da autoridade suprema da Igreja, era necessário antes fazer gestões junto à Santa Sé – coisa que nós fizemos – e aguardar um prazo razoável para que pudessem nos responder. Não é uma decisão que poderíamos tomar sem manifestar concretamente o nosso reconhecimento da autoridade do Santo Padre.

3. *Na sua homilia, o senhor disse que tinha de fato escrito ao Papa. Poderia contar-nos mais acerca disso?*

No verão passado, escrevi ao Santo Padre para lhe pedir uma audiência. Não tendo recebido resposta, escrevi-lhe uma nova carta alguns meses mais tarde, de maneira simples e filial, sem lhe esconder nada das nossas necessidades. Mencionei nossas divergências doutrinárias, mas também o nosso desejo sincero de servir incansavelmente a Igreja católica, pois somos servidores da Igreja, apesar do nosso estatuto canônico não reconhecido.



Em decorrência desta segunda carta, chegou-nos, há alguns dias, uma resposta de Roma, da parte do Cardeal Fernández. Infelizmente, ela não leva de modo algum em consideração a proposta que formulamos, nem propõe nada que responda às nossas solicitações.

Esta proposta, tendo em conta as circunstâncias de todo particulares em que se encontra a Fraternidade, consiste concretamente em pedir que a Santa Sé aceite deixar-nos continuar temporariamente em nossa situação de exceção, para bem das almas que recorrem a nós. Prometemos ao Papa envidar todos os esforços para preservar a Tradição e fazer dos nossos fiéis verdadeiros filhos da Igreja. Parece-me que tal proposta é ao mesmo tempo realista e razoável, e que poderia, em si mesma, receber a aprovação do Santo Padre.

4. *Mas nesse caso, se o senhor ainda não recebeu essa aprovação, por que razão considera que deve, mesmo assim, realizar as consagrações episcopais?*

Trata-se de um expediente extremo, proporcional a uma necessidade real e igualmente extrema. É certo que a simples existência de uma necessidade para o bem das almas não significa que, para responder a ela, toda e qualquer iniciativa esteja automaticamente justificada. Mas no nosso caso, depois de um longo período de espera, de observação e de oração, parece-nos que podemos hoje afirmar que o estado objetivo de grave necessidade em que se encontram as almas, a Fraternidade e a Igreja, exige uma decisão dessa ordem.

Com o legado que nos foi deixado pelo Papa Francisco, as razões de fundo que já haviam justificado as sagrações de 1988 subsistem plenamente e parecem mesmo, sob muitos aspectos, ter ganhado uma nova premência. O Concílio Vaticano II mais do que nunca segue sendo a bússola que orienta os homens da Igreja, e estes, ao que parece, não irão mudar de rumo no futuro próximo. As principais diretrizes que já se delineiam para o novo pontificado, em particular por meio do último consistório, só fazem confirmar isso: percebe-se nelas uma determinação explícita de conservar a linha de Francisco como um caminho irreversível para toda a Igreja.

“Prometemos ao Papa envidar todos os esforços para preservar a Tradição e fazer dos nossos fiéis verdadeiros filhos da Igreja.”

É algo triste de constatar, mas é um fato: numa paróquia comum, os fiéis já não encontram os meios necessários para assegurar a sua salvação eterna. Isso diz respeito, em particular, à pregação integral da verdade e da moral católicas, bem como à administração dos sacramentos tal como a Igreja desde sempre o tem feito. Temos aí um resumo do que é o estado de necessidade. E nesse contexto crítico, os nossos bispos estão envelhecendo, e com o crescimento contínuo do apostolado, já não são suficientes para responder às demandas dos fiéis no mundo inteiro.

5. *Em que sentido o senhor considera que o consistório do mês passado confirma a direção tomada pelo Papa Francisco?*

Naquela ocasião, o cardeal Fernández, em nome do papa Leão, convidou a Igreja a retornar à intuição fundamental de Francisco, expressa em *Evangelii gaudium*, sua encíclica-chave: trata-se, de um modo geral, de reduzir o anúncio do Evangelho à sua expressão primitiva essencial, valendo-se de fórmulas muito concisas e impactantes – o “*querigma*” –, tendo em vista uma “experiência”, um encontro imediato com Cristo, deixando de lado todo o resto, por mais precioso que seja – em termos concretos, o conjunto dos elementos da Tradição, tidos por acessórios e secundários. É esse método de nova evangelização que produziu o vazio doutrinal característico do pontificado de Francisco, fortemente sentido por todo um setor da Igreja.

É evidente que, numa perspectiva como essa, é sempre necessário preocupar-se em oferecer respostas novas e adequadas às questões que vão surgindo: essa tarefa, porém, deve ser realizada por meio da reforma sinodal, e não pela redescoberta das respostas clássicas e sempre válidas fornecidas pela Tradição da Igreja. Foi assim, no “sopro do Espírito” dessa reforma sinodal, que Francisco conseguiu impor a toda a Igreja decisões catastróficas, como a que autoriza a comunhão dos divorciados que se casaram de novo ou a bênção de casais do mesmo sexo.



Em síntese: de um lado, pelo “*querigma*”, isola-se o anúncio do Evangelho de todo o *corpus* da doutrina e da moral tradicionais; de outro, pela sinodalidade, substituem-se as respostas tradicionais por decisões aleatórias, frequentemente absurdas e doutrinariamente injustificáveis. O próprio Cardeal Zen considera esse método manipulador e julga blasfemo atribuí-lo ao Espírito Santo. E receio que infelizmente ele tenha razão.

6. *O senhor fala em servir à Igreja, mas, na prática, a Fraternidade pode dar a impressão de desafiar a Igreja, sobretudo no caso de sagrações episcopais. Como o senhor explica isso ao Papa?*

Servimos à Igreja, antes de tudo, servindo às almas. Trata-se de um fato objetivo, independentemente de qualquer outra consideração. A Igreja, em sua essência, existe para as almas: tem por finalidade sua santificação e salvação. Todos os belos discursos, os mais diversos debates, os grandes temas sobre os quais se discute ou se poderia discutir, não têm sentido nenhum se não tiverem como objetivo a salvação das almas. É importante lembrar isso, pois hoje existe o perigo de a Igreja ocupar-se de tudo e de nada ao mesmo tempo. A preocupação ecológica, por exemplo, ou a defesa dos direitos das minorias, das mulheres ou dos imigrantes, trazem o risco de nos fazer perder de vista a missão essencial da Igreja. Se a Fraternidade São Pio X luta por manter a Tradição, com tudo o que isso acarreta, é unicamente porque esses tesouros são indispensáveis para a salvação das almas, e porque nada mais busca além disto: o bem das almas e o do sacerdócio ordenado à sua santificação.

“Numa paróquia comum, os fiéis já não encontram os meios necessários para assegurar a sua salvação eterna. Temos aí um resumo do que é o estado de necessidade.”

Ao agir assim, pomos a serviço da própria Igreja aquilo que nós mantemos. Oferecemos à Igreja não um museu de coisas antigas e empoeiradas, mas a Tradição em sua plenitude e fecundidade; a Tradição que santifica as almas, que as transforma, que suscita vocações e famílias autenticamente católicas. Noutras palavras, é para o próprio Papa, enquanto tal, que mantemos esse tesouro, até o dia em que o seu valor seja novamente compreendido e o Papa queira usar desse tesouro para o bem de toda a Igreja. Pois é a Ela que pertence a Tradição.

7. *O senhor fala do bem das almas, mas a Fraternidade não tem missão sobre as almas. Pelo contrário, foi canonicamente suprimida há mais de cinquenta anos. Com base em quê se pode justificar uma missão da Fraternidade junto às almas?*

Trata-se simplesmente de uma questão de caridade. Não queremos atribuir-nos uma missão que não temos. Mas, ao mesmo tempo, não podemos ficar de braços cruzados diante da aflição espiritual das almas que estão, cada vez mais, perplexas, desorientadas e perdidas. Elas clamam por socorro. E, depois de terem procurado por muito tempo, é natural que seja nas riquezas da Tradição da Igreja integralmente vivida onde irão encontrar, com profunda alegria, a luz e o consolo. Em relação a essas almas, temos uma verdadeira responsabilidade, ainda que não tenhamos nenhuma missão oficial: se alguém vê na rua uma pessoa em perigo, tem o dever de lhe prestar socorro de acordo com as suas possibilidades, ainda que não seja bombeiro nem policial.

Dessa forma, o número de almas que nos têm procurado vem crescendo sem parar com o passar dos anos, e inclusive aumentou consideravelmente na última década. Ignorar as suas necessidades e abandoná-las seria o mesmo que traí-las e, assim, trair a própria Igreja, pois, não custa repetir: a Igreja existe para as almas e não para alimentar discursos vãos e fúteis.

Essa caridade é um dever que preside a todos os demais. É o próprio direito da Igreja que prescreve que seja assim. No espírito do direito da Igreja, que é a expressão jurídica dessa caridade, o bem das almas vem antes de tudo. Representa verdadeiramente a lei das leis, à qual todas as demais estão subordinadas e contra a qual nenhuma lei eclesial pode prevalecer. O axioma *suprema lex, salus animarum* – a salvação das almas é a lei suprema – é uma máxima clássica da tradição canônica, retomada explicitamente pelo cânon final do Código de 1983; no atual estado de necessidade, é desse princípio superior que depende, em última instância, toda a legitimidade do nosso apostolado e da nossa missão junto às almas que vêm nos procurar. Trata-se, para nós, de um papel de suplência, em nome dessa mesma caridade.



8. *O senhor está ciente de que, ao considerar novas sagrações episcopais, poderia colocar os fiéis que recorrem à Fraternidade diante de um dilema: ou a escolha da Tradição integral, com tudo o que isso implica, ou a “plena” comunhão com a hierarquia da Igreja?*

Esse dilema é, na realidade, apenas aparente. É evidente que um católico deve manter, ao mesmo tempo, a Tradição integral e a comunhão com a hierarquia. Não pode escolher entre esses bens, que são ambos necessários.

Porém o que com demasiada frequência se esquece é que a comunhão está fundada essencialmente na fé católica, com tudo o que isso implica: a começar por uma verdadeira vida sacramental e pelo exercício de um governo que prega essa mesma fé e faz com que ela seja posta em prática, usando de sua autoridade não de modo arbitrário, mas realmente em vista do bem espiritual das almas que lhe foram confiadas.

É justamente para garantir esses fundamentos, essas condições necessárias à própria existência da comunhão na Igreja, que a Fraternidade não pode aceitar aquilo que se opõe a essa comunhão e a desvirtua, ainda quando, paradoxalmente, isso vem daqueles mesmos que exercem a autoridade na Igreja.

9. *Poderia dar-nos um exemplo concreto daquilo que a Fraternidade não pode aceitar?*

O primeiro exemplo que me vem em mente remonta ao ano de 2019, quando o Papa Francisco, por ocasião da sua visita à península arábica, assinou junto com um imã a famosa declaração de Abu Dhabi. Nela ele afirmava, juntamente com o chefe muçulmano, que a pluralidade das religiões como tal era algo desejado pela Sabedoria divina.

É evidente que uma comunhão que se fundasse na aceitação de tal afirmação, ou que a incluísse, simplesmente não seria católica, pois implicaria um pecado contra o primeiro mandamento e a negação do primeiro artigo do Credo. Considero que uma afirmação como aquela é mais do que um simples erro. É algo simplesmente inconcebível. Não pode ser o fundamento de uma comunhão católica, mas antes a causa da sua dissolução. Creio que um católico deveria preferir o martírio antes que aceitar semelhante afirmação.

10. *Em todo o mundo, a percepção dos erros denunciados desde há muito tempo pela Fraternidade vem crescendo, especialmente na internet. Não seria conveniente deixar que esse movimento se desenvolvesse, confiando na Providência, em vez de intervir por meio de um gesto público tão impactante como o são as sagrações episcopais?*

Trata-se de um movimento certamente positivo, e não podemos deixar de nos alegrar por ele. Decerto vem ilustrar a legitimidade daquilo que a Fraternidade defende, e cabe encorajar essa difusão da verdade por todos os meios disponíveis. Dito isso, trata-se de um movimento que tem limites, pois o combate da fé não pode restringir-se nem esgotar-se em discussões e posicionamentos que têm por arena a internet ou as redes sociais.

É claro que a santificação de uma alma depende de uma profissão de fé autêntica, mas esta deve levar afinal a uma verdadeira vida cristã. Ora, no domingo as almas não precisam consultar uma plataforma da internet; precisam de um sacerdote que as confesse e instrua, que celebre para elas a Santa Missa, que as santifique verdadeiramente e as conduza a Deus. As almas precisam de sacerdotes. E, para que haja sacerdotes, é preciso haver bispos, e não “*influencers*”. Noutras palavras, é preciso voltar à realidade, isto é, à realidade das almas e das suas necessidades objetivas concretas. As sagrações episcopais não têm outra finalidade a não ser esta: garantir, para os fiéis ligados à Tradição, a administração do sacramento da Confirmação, da Ordem e de tudo o que deles decorre.

11. *O senhor não teme que, apesar das suas boas intenções, a Fraternidade possa, de algum modo, acabar por se achar a Igreja, ou atribuir-se um papel insubstituível?*

De modo algum a Fraternidade deseja colocar-se no lugar da Igreja ou assumir a missão dela; pelo contrário, conserva uma profunda consciência de existir unicamente para servi-la, apoiando-se exclusivamente naquilo que a própria Igreja sempre e universalmente pregou, acreditou e realizou.

A Fraternidade, além disso, tem plena consciência de que não é ela que salva a Igreja, pois somente Nosso Senhor guarda e salva a sua Esposa – Ele que nunca deixa de velar por ela.

A Fraternidade é tão somente, em circunstâncias que não foram escolhidas por ela, um meio privilegiado para se permanecer fiel à Igreja. Atenta à missão da sua Mãe, que durante vinte séculos alimentou os seus



filhos pela doutrina e pelos sacramentos, a Fraternidade consagra-se filialmente à preservação e à defesa da Tradição integral, usando de uma liberdade sem paralelo, a fim de poder permanecer fiel a esse legado. Segundo a expressão de Dom Lefebvre, a Fraternidade é somente uma obra “da Igreja católica, que continua a transmitir a doutrina”; o seu papel é como o de um “carteiro que leva uma carta”. E o seu maior desejo é que todos os pastores católicos se juntem a ela no cumprimento desse dever.

12. Voltemos ao Papa. O senhor considera realista pensar que o Santo Padre possa aceitar, ou sequer tolerar, que a Fraternidade consagre bispos sem mandato pontifício?

O Papa é, antes de tudo, um pai. Como tal, é capaz de discernir uma intenção reta, uma vontade sincera de servir a Igreja e, sobretudo, um verdadeiro caso de consciência numa situação excepcional. Esses elementos são objetivos, como todos os que conhecem a Fraternidade podem reconhecer, mesmo sem necessariamente partilhar das suas posições.

13. Isso é compreensível em teoria. Mas o senhor pensa que, concretamente, Roma possa tolerar uma decisão desse tipo por parte da Fraternidade?

O futuro permanece nas mãos do Santo Padre e, evidentemente, nas da Providência. No entanto, é preciso reconhecer que a Santa Sé é por vezes capaz de dar mostras de um certo pragmatismo, e mesmo de uma flexibilidade surpreendente, quando está convencida de agir para o bem das almas.

Tomemos o caso muito atual das relações com o governo chinês. Apesar de um verdadeiro cisma da Igreja patriótica chinesa; apesar de uma perseguição ininterrupta contra a Igreja do Silêncio, fiel a Roma; apesar de acordos repetidamente renovados e em seguida violados pelo governo chinês: apesar de tudo isso, em 2023 o Papa Francisco aprovou *a posteriori* a nomeação do bispo de Xangai pelas autoridades chinesas. Mais recentemente, o Papa Leão XIV acabou aceitando *a posteriori* a nomeação do bispo de Xinxiang, designado do mesmo modo durante a vacância da Sé Apostólica, enquanto o bispo fiel a Roma, várias vezes encarcerado, ainda estava encarregado da diocese. Em ambos os casos, trata-se evidentemente de prelados favoráveis ao governo, impostos unilateralmente por Pequim com o objetivo de controlar a Igreja Católica na China. Convém notar que não se trata aqui de meros bispos auxiliares, mas sim de bispos residenciais, isto é, os pastores ordinários da sua respectiva diocese (ou prefeitura), com jurisdição sobre os sacerdotes e os fiéis locais. Em Roma, sabe-se muito bem com que finalidade esses pastores foram escolhidos e impostos unilateralmente.

“A Fraternidade São Pio X nada mais busca além disto: o bem das almas e o do sacerdócio ordenado à sua santificação.”

O caso da Fraternidade é bem diferente: é evidente que não estamos aí para favorecer um poder comunista ou anticatólico, mas apenas para salvaguardar os direitos de Cristo Rei e da Tradição da Igreja, num momento de crise e de confusão generalizadas em que estes direitos se encontram gravemente comprometidos. As intenções e as finalidades evidentemente não são as mesmas. O Papa sabe disso. Além do quê, o Santo Padre sabe muito bem que a Fraternidade de modo nenhum pretende conferir aos seus bispos qualquer jurisdição que seja, o que equivaleria a criar uma Igreja paralela.

Francamente, não vejo como o Papa poderia recear um perigo maior para as almas da parte da Fraternidade que da parte do governo de Pequim.

14. O senhor acha que, no que diz respeito à missa tradicional, a necessidade das almas é hoje tão grave quanto em 1988? Após as vicissitudes por que passou o rito de São Pio V, sua liberação por Bento XVI em 2007, as restrições impostas por Francisco em 2021... em que direção estamos indo com o novo Papa?

Até onde me é dado saber, o Papa Leão XIV guardou certa discrição sobre esse tema, que tem suscitado grande expectativa no mundo conservador. Mas há bem pouco tempo um texto do Cardeal Roche sobre a liturgia, inicialmente destinado aos cardeais que participavam do consistório do mês passado, veio a público. Não há razão para duvidar que esse texto corresponde, em suas linhas gerais, à orientação



desejada pelo Papa. Trata-se de um texto muito claro e, sobretudo, lógico e coerente. Infelizmente, apoia-se numa premissa falsa.

Concretamente, esse texto, em perfeita continuidade com *Traditionis custodes*, condena o projeto litúrgico do Papa Bento XVI. Segundo este, o rito antigo e o novo seriam duas formas mais ou menos equivalentes, e que em todo caso expressariam a mesma fé e a mesma eclesiologia, sendo, portanto, capazes de se enriquecerem mutuamente. Preocupado com a unidade da Igreja, Bento XVI quis promover a coexistência dos dois ritos e publicou em 2007 o Motu proprio *Summorum Pontificum*. Para muitos, providencialmente, isso permitiu a redescoberta da Missa de sempre; mas, com o tempo, também fez surgir um movimento de questionamento do novo rito, movimento que foi visto como problemático e que *Traditionis custodes* em 2021 procurou conter.

Fiel a Francisco, o Cardeal Roche por sua vez apregoa a unidade da Igreja, mas segundo uma ideia e por meios diametralmente opostos aos de Bento XVI: ao mesmo tempo em que mantém a afirmação de uma continuidade entre um rito e outro através da reforma, opõe-se firmemente à sua coexistência. Enxerga nela uma fonte de divisão, uma ameaça para a unidade, que deve ser superada pelo retorno a uma autêntica comunhão litúrgica: “O bem primordial da unidade da Igreja não se obtém ‘congelando’ a divisão, mas ao encontrarmos-nos todos na partilha daquilo que não pode deixar de ser partilhado”. A Igreja “deve ter um único rito”, em plena harmonia com o verdadeiro sentido da Tradição.

Como princípio, é justo e coerente, pois a Igreja, tendo uma só fé e uma só eclesiologia, não pode deixar de ter uma só liturgia capaz de expressá-las adequadamente... Mas o princípio foi mal aplicado, pois, seguindo a lógica da nova eclesiologia pós-conciliar, o Cardeal Roche concebe a Tradição como algo evolutivo, e o novo rito como a sua única expressão viva para o nosso tempo; o valor do rito tridentino não pode, portanto, ser considerado senão como algo que ficou para trás, e o seu uso, quando muito, uma “concessão”, “de modo algum uma promoção”.

Agora, portanto, ficou mais claro que existe uma “divisão” e uma incompatibilidade atual entre os dois ritos. Mas não nos enganemos: a única liturgia que expressa adequadamente, de modo imutável e não evolutivo, a concepção tradicional da Igreja, da vida cristã, do sacerdócio católico, é aquela de sempre. Quanto a este ponto, a oposição da Santa Sé parece, mais do que nunca, irrevogável.

15. O Cardeal Roche, não obstante, reconhece que existem ainda alguns problemas na aplicação da reforma litúrgica. O senhor pensa que isso possa conduzir a uma tomada de consciência quanto aos limites dessa reforma?

É interessante ver que, passados sessenta anos, ainda se reconhece a existência de uma dificuldade real na aplicação da reforma litúrgica, cuja riqueza ainda estaria por descobrir: é um refrão que vimos ouvindo desde sempre, sempre que se aborda esse tema, e que o texto do Cardeal Roche não deixa de mencionar. Porém, em vez de se perguntar sinceramente sobre as deficiências intrínsecas da nova missa, e portanto sobre o fracasso geral dessa reforma, em vez de encarar o fato de que as igrejas se esvaziam e as vocações diminuíam; em vez de se perguntar por que razão o rito tridentino continua a atrair tantas almas... a única solução que o Cardeal Roche consegue vislumbrar é uma urgente formação prévia dos fiéis e dos seminaristas.

Sem se dar conta, ele entra num círculo vicioso: na verdade é a própria liturgia que deveria formar as almas. Durante quase dois mil anos, as almas, muitas vezes analfabetas, foram edificadas e santificadas pela própria liturgia, sem necessidade de nenhuma formação prévia. Não reconhecer a incapacidade intrínseca do *Novus Ordo* para edificar as almas, exigindo ademais uma melhor formação, parece-me ser um sinal de cegueira incurável. Chegamos, assim, a paradoxos chocantes: a reforma foi desejada para favorecer a participação dos fiéis; ora, estes abandonaram a Igreja em massa, porque essa liturgia insossa não foi capaz de alimentá-los; e isso supostamente não teria nada a ver com a própria reforma!

16. Hoje, em muitos países, ainda existem grupos não ligados à Fraternidade e que no entanto se beneficiam do uso do missal de 1962. Tais possibilidades quase não existiam em 1988. Não constituiriam eles uma alternativa suficiente para o momento, tornando assim prematuras novas sagrações episcopais?

A pergunta que devemos fazer é a seguinte: tais possibilidades correspondem àquilo de que a Igreja e as almas têm necessidade? Respondem de maneira suficiente à necessidade das almas?



É inegável que, onde quer que a missa tradicional seja celebrada, é o verdadeiro rito da Igreja que resplandece, com esse profundo senso do sagrado que não se encontra no novo rito. Contudo, não se pode deixar de lado o contexto em que essas celebrações ocorrem. Ora, independentemente da boa vontade desta ou daquela pessoa, o contexto parece claro, sobretudo desde o *Traditionis Custodes*, confirmado aliás pelo Cardeal Roche: trata-se de uma Igreja onde o único rito oficial “normal” é o de Paulo VI. A celebração do rito de sempre se dá, portanto, num regime que podemos chamar de exceção: os adeptos desse rito recebem, por benevolência gratuita, dispensas que lhes permitem celebrá-lo, mas estas se inserem na lógica da nova eclesiologia e supõem, por isso, que a nova liturgia continua a ser o critério da piedade dos fiéis e a expressão autêntica da vida da Igreja.

17. Por que o senhor diz que não é possível deixar de lado esse contexto de exceção? Não há algum bem nisso, apesar de tudo? Quais as consequências concretas que deveríamos lamentar?

Dessa situação resultam pelo menos três consequências nefastas. A mais imediata é uma profunda fragilidade estrutural. Os sacerdotes e os fiéis que gozam de certos privilégios que lhes permitem fazer uso da liturgia tridentina vivem angustiados pelo que o dia de amanhã pode trazer: afinal, privilégio não é direito. Enquanto a autoridade os tolerar, podem dedicar-se à sua prática religiosa sem serem incomodados. Mas, tão logo a autoridade formule certas exigências, imponha certas condições ou revogue de uma hora para outra, por uma razão qualquer, as permissões outorgadas, tanto sacerdotes como fiéis se veem numa situação conflituosa, sem meio de se defenderem e com isso garantirem de modo eficaz os auxílios tradicionais com os quais as almas têm o direito de contar. Ora, como evitar de modo duradouro tais casos de consciência quando, entre duas concepções inconciliáveis da vida da Igreja, encarnadas em duas liturgias incompatíveis, uma tem direito de cidadania, ao passo que a outra é apenas tolerada?

Para além do quê – e isso me parece mais grave – já não se entende a razão por que esses grupos querem a liturgia tridentina, o que compromete gravemente os direitos públicos da Tradição da Igreja e, com isso, o bem das almas. Com efeito, se a Missa de sempre pode aceitar que a missa moderna seja celebrada em toda a Igreja, e se se contenta em gozar de um privilégio particular, ligado a uma preferência ou a um carisma próprio, como entender que essa Missa de sempre se opõe irremediavelmente à missa nova, e que continua a ser a única liturgia verdadeiramente católica de toda a Igreja, e que ninguém pode ser impedido de a celebrar? Como ter consciência de que a missa de Paulo VI não pode ser reconhecida, porque constitui um afastamento considerável da teologia católica da Santa Missa, e que ninguém pode ser obrigado a celebrá-la? E como afastar de modo eficaz as almas dessa liturgia envenenada, para que venham beber nas fontes puras da liturgia católica?

“A Fraternidade é tão somente, em circunstâncias que não foram escolhidas por ela, um meio privilegiado para se permanecer fiel à Igreja.”

Por fim temos uma consequência mais remota decorrente das duas anteriores, a saber, que a necessidade de evitar comportamentos que causem incômodo, a fim de não comprometer uma estabilidade frágil, reduz numerosos pastores a um silêncio forçado, quando seria preciso levantar a voz contra este ou aquele ensinamento escandaloso que corrompe a fé ou a moral. A necessária denúncia dos erros que destroem a Igreja, exigida pelo próprio bem das almas ameaçadas por esse alimento envenenado, fica assim paralisada. Esclarece-se em privado uma que outra pessoa, quando ainda se consegue discernir a nocividade de tal ou qual erro, mas já não passa de um tímido cochicho, em que a verdade mal consegue ser dita com a liberdade que requer... sobretudo em se tratando de combater princípios tacitamente aceitos. Mais uma vez, são as almas que deixam de ser iluminadas e que são privadas do pão da doutrina, do qual, não obstante, continuam famintas: com o tempo, isso vai modificando progressivamente as mentalidades e conduzindo pouco a pouco à aceitação geral e inconsciente das diversas reformas que afetam a vida da Igreja. Também em relação a essas almas, a Fraternidade sente a responsabilidade de esclarecê-las e de não as abandonar.

Não se trata de apontar o dedo nem de julgar quem quer que seja, mas de abrir os olhos e constatar os fatos. Ora, somos obrigados a reconhecer que, na medida em que o uso da liturgia tradicional fica condicionado à aceitação pelo menos implícita das reformas conciliares, os grupos que disso se beneficiam não podem constituir uma resposta adequada às necessidades profundas por que passam a Igreja e as almas. É, para retomar uma ideia já antes expressa, preciso, pelo contrário, estar em condições de oferecer



aos católicos de hoje a verdade sem concessões, ministrada incondicionalmente, junto com os meios de viver dela integralmente, para a salvação das almas e o bem de toda a Igreja.

18. De todo modo, o senhor não acha que Roma poderia mostrar-se mais generosa no futuro, em relação à Missa tradicional?

Não é impossível que Roma venha a adotar no futuro uma atitude mais aberta, como já ocorreu em 1988, em circunstâncias análogas, quando o uso do missal antigo foi outorgado a alguns grupos, numa tentativa de afastar os fiéis da Fraternidade. Caso isso viesse de novo a acontecer, seria algo muito político e muito pouco doutrinal: o missal tridentino destina-se exclusivamente a adorar a majestade divina e a alimentar a fé; não poderia ser instrumentalizado como uma ferramenta de ajustamento pastoral ou como uma variável de apaziguamento.

Mas ainda assim, uma benevolência maior ou menor nada mudaria quanto à nocividade do contexto descrito acima e portanto não mudaria substancialmente a situação.

Além disso, o cenário é na verdade mais complexo: em Roma, o Papa Francisco e o Cardeal Roche se deram conta de que, ao estender o uso do missal de São Pio V, desencadeia-se inevitavelmente um questionamento da reforma litúrgica e do Concílio, em proporções incômodas e sobretudo incontrolláveis. É, portanto, difícil prever o que irá acontecer, mas o perigo de encerrar-se dentro de lógicas mais políticas do que doutrinárias é real.

19. O que o senhor gostaria de dizer em especial aos fiéis e aos membros da Fraternidade?

Gostaria de lhes dizer que o momento presente é, antes de tudo, um tempo de oração, de preparação dos corações, das almas e também das inteligências, a fim de nos dispormos à graça que essas sagrações representam para toda a Igreja. Isso deve ser vivido no recolhimento, na paz e na confiança na Providência, que nunca abandonou a Fraternidade, nem irá abandoná-la desta vez.

20. O senhor ainda espera poder encontrar-se com o Papa?

Sim, sem dúvida. Parece-me extremamente importante poder conversar com o Santo Padre, e há muitas coisas que eu gostaria de partilhar com ele, e que não pude lhe expor por escrito. Infelizmente, a resposta recebida da parte do Cardeal Fernández não fala em nenhum lugar de uma possível audiência com o Papa. Pelo contrário, evoca a ameaça de novas sanções.

21. Que fará a Fraternidade se a Santa Sé decidir condená-la?

Em primeiro lugar tenhamos em mente que, em tais circunstâncias, eventuais penas canônicas não teriam nenhum efeito real.

No entanto, caso viessem a ser pronunciadas, não há dúvida de que a Fraternidade, sem amargura, aceitaria esse novo sofrimento, assim como aceitou os sofrimentos passados, oferecendo-os sinceramente para o bem da própria Igreja. É pela Igreja que a Fraternidade trabalha. E ela tem a certeza de que, se tal situação viesse a ocorrer, seria necessariamente temporária, pois a Igreja é divina e Nosso Senhor não a abandona.

A Fraternidade continuará, pois, a fazer o melhor que pode, na fidelidade à Tradição católica e a servir humildemente a Igreja, respondendo às necessidades das almas. E continuará a rezar filialmente pelo Papa, como sempre tem feito, na espera de poder ver-se um dia livre dessas eventuais sanções injustas, como se deu em 2009. Estamos certos de que um dia as autoridades romanas reconhecerão com gratidão que essas sagrações episcopais contribuíram providencialmente para mantermos a fé, para a maior glória de Deus e a salvação das almas.

Entrevista concedida em Flavigny-sur-Ozerain em 2 de fevereiro de 2026
na festa da Purificação da Santíssima Virgem